

**SER MULHER, NEGRA, MÃE, TRABALHADORA: UMA ANÁLISE DESTA
REALIDADE NO PROJETO DE ASSENTAMENTO DOM JOSÉ MAURO NA
REGIÃO DO TRIÂNGULO MINEIRO – MG.**

Ana Lúcia Martins Kamimura¹

Gabriel Humberto Munõz Palafox²

Alexandra Rodrigues Oliveira³

Renato Kamimura⁴

RESUMO

O presente trabalho analisa a realidade das relações de gênero e raça/etnia das trabalhadoras rurais do Projeto de Assentamento Dom José Mauro, localizado na área rural do município de Uberlândia, Minas Gerais, constituído duzentas famílias cuja condição socioeconômica e cultural é considerada de vulnerabilidade e risco social. Por ser projeto de assentamento a terra encontra-se ainda em processo de regularização fundiária frente ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, situação esta que impede em termos legais, dentre outros, o acesso a programas sociais tais como o Programa federal “Minha Casa Minha Vida Rural”. O encaminhamento metodológico utilizado foi pesquisa bibliográfica, documental, bem como observação direta, indireta. Neste assentamento, durante o processo de organização e luta, os/as trabalhadores/as rurais que ocuparam aquela área tiveram um estranhamento/acirramento que os levou a uma divisão, inclusive a se organizarem em duas associações em decorrência de interesses e ideologias que apresentavam aproximações e distanciamentos das reais necessidades do coletivo de trabalhadores/as que ainda em luta pela garantia do direito à terra. Neste movimento as trabalhadoras rurais conseguiram se organizar e fazer valer as suas concepções ideopolíticas sobre a luta pela garantia do direito à terra e, começaram uma mobilização/organização/ação em busca da melhoria das condições de vida delas mesmas e, também, de suas famílias. Assim, juntamente com seus companheiros, participam ativamente de todas as assembleias/atividades que ocorrem na comunidade. Este

¹ Graduada em Serviço Social, mestre em educação e doutoranda em Serviço Social UNESP/Franca, Programa de pós-graduação em Serviço Social UNESP/Franca. ana_kamimura@hotmail.com.

² Doutor em Educação, Universidade Federal de Uberlândia. gabmpalafox@hotmail.com

³ Especialista em trabalho social com famílias, Prefeitura Municipal de Uberlândia. alexandraoliveira@hotmail.com.

⁴ Especialista em gestão ambiental, Movimentos populares. renatokamimura@hotmail.com

coletivo tem buscado e, em certa medida, conseguido propiciar melhoria da qualidade da vida de todos/as esses/as trabalhadores/as.

Palavras-Chave: Raça/Etnia; Trabalhadoras; Luta; Organização.

Introdução

O despertador toca, são cinco e meia da manhã, ela levanta, se arruma, prepara o café, acorda as crianças e o marido, arruma os materiais escolares dos filhos e, depois da refeição, leva-os até a estrada para esperarem ao veículo que os levará para a escola. Logo em seguida, volta para casa e durante todo o dia cuida dos afazeres domésticos: organiza a casa, lava as roupas, prepara o almoço e quando sobra tempo dirige-se à lavoura com o companheiro para trabalhar junto com ele, e quando não tem companheiro, ela mesma faz o serviço da lavoura sozinha, contando com o apoio dos filhos maiores ou, inclusive de seus vizinhos/as.

Esta é uma das realidades vivenciadas cotidianamente por muitas mulheres que ao assumir a sua condição social de trabalhadoras rurais no contexto da luta pela terra, passam a dividir a maior parte do seu tempo entre os afazeres da casa, da lavoura, os cuidados dos seus respectivos grupos familiares e, quando considerado necessário ou pertinente, a participar da organização comunitária e do próprio movimento popular de luta pela reforma agrária, construindo, desta forma, a sua própria história de vida.

Esta história, permeada de contradições, conflitos e, em muitos casos, de dificuldades familiares e sociais relaciona-se, para além das questões econômicas e políticas, com as condições socioculturais do machismo e dos preconceitos de gênero e raça/etnia, as quais também se materializam no âmbito dos grupos familiares que, em situação de vulnerabilidade econômica e sociocultural, decidem participar da ocupação de terras em busca de melhores condições de vida.

Neste contexto, a pesquisa científica vem apontando que o engajamento das mulheres camponesas nos movimentos de luta pela terra, está ampliando a sua visão de mundo e, conseqüentemente, contribuindo significativamente para reagir criticamente às práticas machistas e autoritárias presentes nos grupos familiares, originalmente patriarcais, assim como também está reagindo criticamente ao preconceito e a discriminação em todas as suas formas de manifestação social, historicamente são reconhecidas e perpetuadas neste espaço de vida social.

Em outras palavras, as mulheres camponesas que assumem historicamente seu papel de protagonistas na luta pela terra e outros direitos, “passam a se reconhecer e libertar-se das

amarras sociais que as impedem da vivência política na sociedade. Portanto faz-se necessário darmos o destaque a questão do empoderamento das mulheres do campo” (SILVA e LAGE, 2014, p.4), tal como pode ser identificado no interior do Projeto de Assentamento Dom José Mauro – **PADJM**, localizado na área rural do município de Uberlândia, Minas Gerais.

Desta forma, o presente trabalho tem como objetivo analisar e refletir a “posição” feminina das camponesas do citado PA, à luz da teoria social que trata especifica e criticamente das condições socioculturais da mulher negra, trabalhadora rural e, ao mesmo tempo mãe/cuidadora do seu respectivo grupo familiar.

1 – A construção social do ser mulher trabalhadora: do tradicionalismo às mudanças histórico-sociais.

De acordo com Muñoz Palafox (2012), à medida que a convivência humana tornou-se complexa diante do avanço da diversificação das condições materiais de vida e suas respectivas formas de organização societárias, diversas estratégias de controle social foram sendo instituídas ao longo da história por minorias que sempre submeteram à grande maioria aos seus interesses com as finalidades de garantir a sua sobrevivência, perpetuar a sua herança genética, assim como possuir territórios e outros privilégios de **classe social** (econômicos, políticos e militares).

A questão é que várias dessas estratégias foram pensadas e colocadas em prática a partir da identificação de traços da diversidade humana constituídos pelas diferenças observáveis entre os membros de uma mesma comunidade e entre diferentes comunidades, os quais, em tempos e espaços diversos, tornaram-se parte daquilo que Freud chamou de Cultura.

Como resultado disso, vários dos traços físico-biológicos constituintes da diversidade humana utilizados para atender e diferenciar interesses econômicos, sociais e políticos entre os seres humanos transformaram-se em condições biosociopolíticas de gênero (masculino e feminino); físicas (cor da pele/raça/etnia, traços corporais, condições físicas e mentais); orientação sexual (homo, hetero, bissexuais etc.) e geração (crianças, adolescentes, adultos e idosos), constituindo no seu conjunto, a denominada “Diversidade Cultural”.

O problema da utilização biosociopolítica dos traços da diversidade humana é que estes foram e continuam sendo utilizados em grande parte para estabelecer diferenças entre pessoas, grupos e classes sociais, e a partir destas, criar e instituir regras de convivência **excludentes, preconceituosas e discriminatórias** para benefício de uns em detrimento de

outros, sendo que muitas destas regras, transformadas em dogmas, continuam a serem difundidas por ideologias, religiões e/ou atos de violência física e simbólica, tais como aquelas relacionadas com a questão do trato da mulher pelo homem e da relação desta com a vida social.

Nesse sentido, durante séculos, nas sociedades hegemonicamente machistas como a Grega e a romana da antiguidade, os homens das classes dominantes decidiram que o espaço doméstico seria responsabilidade da mulher, devido, dentre outros aspectos, às suas “características naturais” tais como o “instinto materno” e a “fragilidade corporal” quando comparada com a força masculina. Condição cultural esta que contribuiu para reforçar ideologicamente o “papel social” das mulheres perante os homens, a família e a sociedade como um todo.

De acordo com Pitanguy (2007, p.14),

No ano 195 A.C, mulheres dirigiam-se ao Senado Romana protestando contra a sua exclusão do uso dos transportes públicos – privilégio masculino – e a obrigatoriedade de se locomoverem a pé. Diante deste protesto assim se manifestou o senador Marco Pórcio Catão: “Lembrem-se do grande trabalho que temos tido para manter nossas mulheres tranquilas e para refrear-lhes a licenciosidade, o que foi possível enquanto as leis nos ajudaram. Imaginem o que sucederá, daqui por diante, se tais leis forem revogadas e se as mulheres se puserem, legalmente considerando, em pé de igualdade com os homens! Os senhores sabem como são as mulheres: façam-nas suas iguais, e imediatamente elas quererão subir às suas costas para governá-las”.

Entretanto, vale ressaltar que ainda na história da antiguidade é possível identificar sociedades que estabeleceram relações mais equilibradas entre os sexos, como na Gália e na Germânia. Nelas, as mulheres participavam dos Conselhos Tribais, trabalhavam na agricultura, criação de gado e construção de suas próprias casas. Também na Idade Média, antes da introdução dos ideais romanos, as mulheres tinham acesso a quase todas as profissões, assim como o direito de propriedade e herdeiras de bens. Mas o trabalho feminino sempre obteve remuneração inferior à dos homens, contribuindo para que em certos períodos surgissem restrições a participação da mulher no mercado de trabalho. (PITANGUY; MOREIRA, 2007)

Com o advento da sociedade burguesa e da modernidade que avançou até a Revolução Industrial iniciada no final do século XVIII e XIX, a expansão do capitalismo industrial e a consolidação dos espaços urbanos refletiram na intensificação e exploração das classes subalternas no mundo do trabalho, dentro do qual foram inseridas as forças de trabalho feminina e infantil, num período, segundo Engels (2008), de total falta de condições de

trabalho e de salários indignos, associados à constante ampliação do exército industrial de reserva⁵. Situação esta que além de perdurar até o século XX, terminou provocando o surgimento de movimentos de trabalhadores, que além de promover a criação de sindicatos para combater a exploração e a falta de direitos, também trouxe implicações para o universo feminino.

Como resultado da Primeira Guerra Mundial, da “grande depressão” ocorrida em 1929, considerado o pior e mais longo período de recessão econômica do século XX e, posteriormente, entre 1939 e 1945 com a Segunda Guerra Mundial onde morreram milhões de pessoas, sendo a maioria homens, a mulher foi obrigada ampliar a sua participação no mundo do trabalho ao assumir parte das linhas de montagem das fábricas e de outros serviços, tradicionalmente ocupados pelos homens. Dessa forma,

além das solteiras, mulheres casadas e mães assumiram novos papéis, alterando completamente sua rotina doméstica. Não eram mais exclusivamente as “rainhas do lar”, mas sim dedicadas trabalhadoras nas linhas de montagem, sem prejuízo de seus afazeres domésticos, já que a economia mundial não estava para supérfluos, como contar com a ajuda de auxiliares em casa. A tal da dupla jornada estava presente, em todo o seu esplendor. Para fazer história! (SINA, 2005, p.24)

Entretanto, importante ressaltar que a ampliação da participação das mulheres no mundo do trabalho inicialmente relacionado com a indústria da guerra **não alterou** significativamente a denominada “divisão social do trabalho” associado às questões de gênero, ou melhor do controle social exercido pelo homens em relação às mulheres.

Segundo Kergoat (2003) esta forma de divisão sexista do trabalho continuou a ser praticamente a mesma, adaptada historicamente a cada sociedade de acordo com a sua cultura, destinando em caráter prioritário aos homens “à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apreensão pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares, etc..)” (p,1). Tudo com base em dois elementos constitutivos: a *separação* (entre trabalhos de homens e de mulheres) e a *hierarquização* (o valor do trabalho masculino é superior ao feminino) (KERGOAT, 2003).

5 Conforme relata ENGELS (2008), ao analisar a situação da classe trabalhadora inglesa, enquanto a classe burguesa se legitimava econômica, jurídica e politicamente sob a proteção do Parlamento e das leis por ele criadas, a classe proletária se definha em condições desumanas de total abandono e pauperismo, acrescido às condições de trabalho degradantes e aviltantes que refletiam, inclusive, no estado de saúde dos trabalhadores os quais estavam sendo dizimados. Situação esta denunciada por Engels como o “assassinato social” cometido pela burguesia, com destaque para a crítica da inserção de mulheres e crianças nas fábricas, com jornadas em torno de 13hrs/dia, em condições extremamente precárias e desumanas, que também resultavam em adoecimento físico e numa inversão das relações familiares, onde as mulheres e as crianças estavam trabalhando por salários miseráveis, enquanto os homens eram “condenados ao trabalho doméstico” (p. 183).

Tal hierarquização continuou a ser fundamentada nos princípios do predomínio patriarcal associado à função masculina de prover os recursos econômicos para a família, destacando-se por esse motivo, o lugar ocupado no mundo do trabalho, apesar de que parte das mulheres, além continuar a ter manter as responsabilidades do trabalho doméstico e do espaço reprodutivo, foi inserida nesse mesmo mundo, porém, sempre com menores salários e inclusive piores condições de trabalho em relação aos homens.

Por esses motivos, vale lembrar Marx (1977, *apud* Nogueira, 2006, p. 223) para quem “a divisão sexual do trabalho, na qual todas essas contradições estão dadas e que repousa, por sua vez, na divisão natural do trabalho na família [...] ocorre uma repartição desigual do trabalho e da produção”, motivo pelo qual para Nogueira (2006), a divisão sexual do trabalho, além de estar no âmago das relações de poder presentes na histórica opressão que o sexo masculino exerceu sobre o feminino, também continuou a se perpetuar na exploração que o capital passou a exercer sobre a força de trabalho.

Assim sendo, afirma Nogueira (2006, p. 228):

[...] a crítica da sociedade capitalista não pode se limitar à análise da exploração existente no espaço produtivo, por mais importante que ela seja. A crítica deve abranger também todos os profundos e multifacetados aspectos negativos dessa lógica, tal como a compreensão da opressão que se encontra presente no espaço reprodutivo, aqui representado pela estrutura da família patriarcal que impõe uma desigual divisão do trabalho para a mulher.

Desta forma, defender a superação da opressão masculina sobre a feminina em busca de igualdade de direitos implica, na atualidade, transcender a relação capital/trabalho cerne da ordem social burguesa, considerando historicamente que a dominação do homem sobre a mulher não nasceu nem foi engendrada no sistema capitalista e de que esta relação poderá não desaparecer “naturalmente” no processo de transição de um modo de produção para outro, assim como também afirmar o fato de que a condição de submissão feminina em relação ao homem é uma condição sociocultural apreendida e reproduzida culturalmente, tal como nos lembra Simone de Beauvoir: “ninguém nasce mulher, torna-se mulher” (*apud* Nogueira, 2006, p. 229).

3 – A realidade das trabalhadoras rurais do Projeto de Assentamento Dom José Mauro

Na tentativa de compreender a realidade das mulheres trabalhadoras rurais que vivem no Projeto de assentamento Dom mauro, buscamos desenvolver um breve estudo acerca da

construção dos saberes ideopolíticos a partir das experiências vivenciadas por essas mulheres. Para tanto, fizemos uso da abordagem qualitativa de pesquisa, por meio de observação direta e indireta da e na realidade social em que as mulheres pesquisadas⁶ vivem e convivem cotidianamente, pois acreditamos que este caminho permite-nos uma maior aproximação entre o concreto pensado e o concreto vivido, além de nos oferecer a possibilidade de aprofundamento e maior compreensão acerca das questões em foco na e para a análise determinada neste real.

No universo feminino rural destaca-se algumas mulheres de luta e resistência, exemplo para todas as mulheres trabalhadores rurais da contemporaneidade. Dentre elas lembramos da lutadora Margarida Maria Alves, trabalhadora rural, presidente do Sindicato de Trabalhadores rurais de Alagoa Grande, município do Estado da Paraíba que foi assassinada por um pistoleiro, a mando dos usineiros da região do brejo paraibano. Uma das mulheres pioneiras das lutas pelos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais no Brasil.

Após a sua morte em 12 de agosto de 1983, tornou-se símbolo político, representativo das mulheres trabalhadoras rurais, que deram seu nome ao evento mais emblemático que realizam - a Marcha das Margaridas, uma mobilização nacional que, a partir de então, reúne em Brasília milhares de mulheres trabalhadoras rurais no dia 12 de agosto.

Assim como Margarida, as mulheres do assentamento Dom Mauro enfrentam de peito aberto a luta cotidiana por melhores condições de vida para si, seus filhos e companheiros e companheiras. Neste sentido importa ressaltar que este coletivo de mulheres compreendem que,

O campo é o lugar onde o patriarcado exerce mais poder central acarretando diversas consequências, tais como: falta de informação sobre questões cotidianas (saúde, economia, educação), dificuldade de acesso (falta de estrutura) e ainda a desvalorização do trabalho exercido pelas mulheres. A experiência de luta das mulheres deste Movimento vem contribuindo para o avanço da igualdade de direitos, tendo em vista a possibilidade de mudança por meio de posturas que tais mulheres podem obter através dos saberes construídos ao longo de suas experiências, na luta por reconhecimento dentro e fora do Movimento. (SILVA e LAGE, 2014, p.3).

Porém, ao reconhecer esta realidade não se intimidam e vão à luta de um modo/forma que possam apreender, desenvolver e construir outros e novos saberes inerentes à luta reforma

⁶ Para o desenvolvimento deste trabalho, estabelecemos contato direto com um grupo de 10 (dez) mulheres que efetivamente moram no PA e estão ali desde a ocupação. Deste grupo 08 (oito) são negras e 4 (quatro) vivem apenas com seus filhos e netos, pois foram abandonas por seus companheiros, mas optaram por continuar desenvolvendo seu trabalho na terra. Essas mulheres serão aqui apresentadas codificadas por nomes de flores do campo, a saber, margarida, cravina, crisântemo, gérbera, violeta, dália, azaléia, hortência, girassol, lírio respectivamente.

agrária. Especificamente PA Dom Mauro, existe um número considerável de mulheres, em sua maioria negras, que lutam cotidianamente para que a terra produza o seu sustento e de seus familiares. Além desta luta cotidiana pela sobrevivência, este PA vivenciou, durante o processo de luta pelo direito de acesso à terra uma “guerra” ideológica no interior do Movimento. Neste período aqueles trabalhadores que ali estavam lutando pela terra foram as vias de fato, ou seja, se enfrentaram, um dos grupos colocou fogo nos barracos de outro grupo e acabou sendo expulso. Este conflito gerou processo judiciário com audiências, testemunhas e tudo mais. Ao final, os que foram expulso acabaram recebendo o direito de se reintegrarem à terra. A partir daí houve uma clara separação e este PA tem hoje duas associações com duas perspectivas de ideológica e de luta totalmente distintas. Importa ressaltar que essas mulheres aqui representam o grupo que foi expulso e retornou para a terra.

Neste sentido, durante processo de observação e diálogos que estabelecemos com algumas mulheres do PA afirmaram que a terra hoje é tudo na vida delas. Antes, quando moravam na cidade, sofriam demais, pois muitas vezes não tinham qualquer alimento para oferecer aos filhos e, quando pediam alguma coisa ficavam muito tristes por saberem que não tinham recursos para aquisição de qualquer gênero alimentício. Além disso a maioria já tinha uma história de relação direta com a terra na infância. Os pais eram meeiros e plantavam para a subsistência. Quando atingiram a maioridade foram morar na cidade ou pra estudar, ou para se casarem e constituírem suas famílias. A dura realidade da vida da cidade fez com que algumas delas seguissem o marido na ida para o movimento; já outras levaram os maridos para o movimento na tentativa de resgatar a sua dignidade e a dignidade da sua família enquanto sujeitos que trabalham e lutam para se manterem e saírem da condição de miserabilidade.

Há, também, neste contexto, em certa medida, o fenômeno da “feminização da pobreza”⁷ que facilmente é reconhecido na vida e nas relações sociais cotidianas de várias mulheres que se aventuram em fazer o caminho de volta da cidade para o campo. Observando a realidade dos PAs percebemos que, via de regra, esta pobreza tem cor e é negra. Entretanto, apesar deste quadro, Soares, (2011, p.3) afirma que:

⁷ Atualmente a “feminização da pobreza” vem sendo compreendida a partir da ideia de “nova pobreza”, relacionada diretamente com a chefia feminina e a inserção das mulheres no mercado de trabalho; ou articulada com os efeitos específicos das políticas econômicas de corte neoliberal sobre a vida e o trabalho das mulheres. E, ainda há os estudos, que identificam grupos de mulheres mais vulneráveis ao empobrecimento, tais como as mulheres negras, as indígenas, as lésbicas, as mães solteiras, entre outros.

É preciso levar em consideração que embora a ausência masculina obrigue a mulher a prover o sustento da família, e, sobretudo, amplie suas responsabilidades na esfera doméstica, não é a partir da ausência do homem enquanto figura provedora e protetora que se desenvolve o processo de “feminização da pobreza”. Até porque, de acordo com dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, da Organização das Nações Unidas -ONU e Organização Internacional do Trabalho - OIT, os chefes de domicílio, sejam homens ou mulheres, sofrem de forma similar os baixos níveis de renda.

Dessa feita, há de se considerar a luta de classes neste contexto. Mas, não podemos deixar de considerar que o processo de luta pelo direito de acesso à terra possibilitou empoderamento a este grupo de mulheres, ou seja, lhes permitiu se reconhecerem como sujeito de direitos, como sujeito que constrói a sua história, bem como, dar visibilidade a um protagonismo que por vezes é invisibilizado em decorrência da sociedade machista e patriarcal cujos conceitos e *modus operandi*, em pleno século XXI, ainda têm força, principalmente em espaços específicos como é o caso, no campo.

Entretanto, merece destaque a força e a organização e/ou ação deste coletivo de mulheres, pois são elas que sistematizam e orientam todo e qualquer trabalho que por ventura acontece na Associação destes assentados e são elas, ao penarem de forma coletiva, que fazem/criam e constroem possibilidades de superação de condições e situações determinadas pela oligarquia burguesa aos trabalhadores rurais sem terra. Neste sentido, estão conscientes que esta é uma luta permanente, por se tratar de uma luta de classes, onde o trabalhador, segundo Marx é o motor da história.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na sociedade capitalista contemporânea, ao refletir sobre questões que envolvem questão de gênero, não há outro caminho senão vincular esta questão ao mundo do trabalho, que ao contemplar as relações sociais cotidianas, não podemos nos furtar à utilização da totalidade social em Marx. Tal premissa se dá pelo fato de que, apesar da evolução e das transformações ocorridas durante a trajetória humana, numa sociedade profundamente antagônica e contraditória, a análise da organização familiar necessita de uma leitura histórica, conseqüentemente fundamentada no movimento de uma sociedade onde os papéis sociais são definidos a partir de relações de poder estabelecidas.

Neste contexto histórico, econômico, cultural e social, a categoria mulher em todas as suas nuances, formas e condições ao longo da história ocupam um lugar invisibilizado, mas, no espetáculo da vida, por detrás das cortinas acabam por ocupar um papel central de

responsabilização direta pela sobrevivência material de seus membros, caracterizando-se na sociedade capitalista contemporânea enquanto referência de renda e consumo em torno da esfera da produção e reprodução da vida social.

Diante desta realidade, percebe-se que o século XXI materializa um mundo marcado por evoluções nos mais variados setores da sociedade e nas mais diversas áreas do conhecimento e, assim o sendo, deveriam impulsionar os sujeitos para se libertarem de modelos preconcebidos. Contudo, este mesmo mundo ainda mantém uma grande maioria de homens e mulheres, de seres humanos, no cativeiro da ignorância e da alienação, rotulados por um processo discriminatório e excludente que favorece e oportuniza a uma minoria elitizada a manutenção de ideologias que nutrem a problemática existente quanto ao gênero. Entendemos, portanto, que superar este quadro hierárquico historicamente construído, significa transcender o modo de produção capitalista, tendo em vista ser a sua gênese.

Ao analisar como se deu a construção da história da mulher é possível entender o motivo de tanto preconceito. Mesmo observando que as mulheres durante séculos permaneceram e continuam subordinadas aos preceitos machistas, seja na família, no trabalho, nos esportes, entre outros, elas conquistaram espaço, expuseram suas capacidades, deixaram de lutar sozinhas contra o preconceito e na atualidade buscam um caminho de equilíbrio junto com os homens para a (re)construção de uma sociedade mais justa e mais humana.

REFERÊNCIAS

ALVES, B. M. PITANGUY, Jacqueline. O que é feminismo – São Paulo: Brasiliense, 2007.

ALENCAR, M. M. T. Transformações econômicas e sociais no Brasil dos anos 1990 e seu impacto no âmbito da família. In: SALES, Míone Apolinário et alli. **Política Social, Família e Juventude: uma questão de direitos**. São Paulo: Cortez, 2004.

SILVA, A. C.; LAGE, A.C. saberes experienciais das mulheres trabalhadoras rurais do Assentamento irmã Dorothy em Pernambuco: o campo como um Espaço de luta e resistência. Disponível em: <http://educampo.ufsc.br/wordpress/seminario/files/2012/01/Silva-e-Lage.pdf>. Acesso em: 13 de abril de 2014.

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008, p. 63-129 e 135-221.

HELLER, A. **O Cotidiano e a História**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

IPEA – Instituto Pesquisa Econômica Aplicada. **Mulher e Trabalho: Avanços e continuidades**. 8 de março de 2010.

KERGOAT, D.; HIRATA, H. **Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo**. In: Dictionnaire critique du féminisme. Ed, Presses Universitaires de France, novembro, 2000. Traduzido por Miriam em agosto de 2003.

LELLIS, D. **O Olhar a Família: na busca da diferença que faz a diferença**. Franca: UNESP, 2003. (Dissertação de Mestrado em Serviço Social – Faculdade de História, Direito e Serviço Social – UNESP/Franca).

MACÊDO, M. S. Gênero, Família e chefia feminina: algumas questões para pensar. In: BORGES, Ângela; CASTRO, Mary Garcia (org.). **Família, gênero e gerações: desafios para as políticas sociais**. São Paulo: Paulinas, 2007.

MARX, K. **O capital**, livro I/ vol. I/ tomos 1 e 2. São Paulo: Nova Cultural. 1988.

MELLO, S. L. Família: perspectiva teórica e observação factual. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant (org). **A Família Contemporânea em Debate**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

MUÑOZ PALAFOX, G. H. . Esboço sobre a natureza Histórica da Diversidade Cultural. In: Bertoni, S; Rodovalho, s.. (Org.). **Diversidade e Educação Especial: Educação Física Inclusiva e Esporte Adaptado**. 1º.ed.Uberlândia: Hebron, 2012, v. 3, p. 54-60.

NADER, M. B. Mudanças Econômicas, Mulher e Casamento em Vitória- 1970-2000. In: XIII **Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**, realizado em Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil de 04 a 08 de novembro de 2002.

NOGUEIRA, C. M. **O trabalho duplicado**: a divisão sexual no trabalho e na reprodução: um estudo das trabalhadoras do telemarketing. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

OLIVEIRA, A. S. Família: **Qual é o seu conceito? Uma analogia entre família “desestruturada” e os novos arranjos familiares**. Franca: UNESP, 2004. (Trabalho de Conclusão de Curso – Serviço Social – Faculdade de História, Direito e Serviço Social – UNESP/Franca)

SILVA, F. M. **Antigos e Novos Arranjos familiares: um estudo das famílias atendidas pelo Serviço Social**. Disponível em: www.franca.unesp.br/. Acesso em 15 de outubro de 2010.

SINA, A. Mulher e Trabalho: o desafio de conciliar diferentes papéis na sociedade. São Paulo: Saraiva, 2005.

SOARES, S. R. **A feminização da pobreza e as políticas sociais focalizadas nas mulheres: um debate a ser repensado?**. V Jornada Internacional de Políticas Públicas: Estado, desenvolvimento e crise do capital. 23 a 27 de agosto de 2011. Universidade Federal do Maranhão: São Luís do Maranhão. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/QUESTOES_DE_GENERO_ETNIA_E_GERACAO/A_FEMINIZACAO_DA_POBREZA_E_AS_POLITICAS_SOCIAIS.pdf. Acesso em: 11 de maio de 2014.